Colonos e "Mucker"

MARIA AMÉLIA SCHMIDT DICKIE

Apreciar, criticamente, um trabalho que se declara histórico é, para um antropólogo, uma tarefa difícil porque corre o risco ou de não poder julgá-lo pelo que ele contribuiu para sua área de conhecimento, ou seja, julgá-lo de dentro da História e por critérios a ela pertinentes, ou o risco de tender a uma avaliação por parâmetros que lhe são alheios e dizem respeito à área em que está acostumado a operar. Ambos os procedimentos deixariam de fazer justiça ao trabalho de Janaína Amado.[1] Sem pretender nem um nem outro, optei por pensar *Conflito Social no Brasil* como um exemplo da cooperação proveitosa entre áreas do conhecimento que, a despeito da rigidez de alguns princípios que as regem, tendem a se combinar quando a finalidade é a compreensão mais aprofundada dos fenômenos estudados. Estanquizar estas áreas seria perder um fértil terreno para a produção científica em geral, para a História, a Antropologia e a Sociologia em particular. Janaína Amado se dá conta disso ao recusar se limitar a uma História formal e ao recorrer a conceitos da Sociologia e Antropologia em seu trabalho. É isto que nos deixa à vontade para falar dele sem a preocupação de estar sendo fiel a esta ou aquela disciplina, mas respeitando os propósitos expressos pela autora. O difícil se torna, assim, agradável.

O livro de Janaína Amado não é um relato "imparcial" de fatos documentados; se posiciona, desde o início, ao lado dos atores do episódio tratado, propondo-se uma visão a partir da visão deles, permitindo que eles falem "à vontade sobre suas coisas" (op. cit.: 22). Dispõe-se a penetrar, por esta via, o significado histórico do movimento *Mucker* e sua relação com uma realidade mais abrangente.

[1] Amado, J. 1978. *Conflito Social no Brasil* — a revolta dos "Mucker". São Paulo: Ed. Símbolo.

Das colocações iniciais sobressaem a honestidade e a franqueza com que a autora se posiciona, também, frente aos problemas práticos e teóricos que enfrentou ao elaborar o trabalho que é sua tese de doutorado. Todo ele impressiona pela criteriosa utilização das fontes, seu confronto sistemático e as indicações precisas, minuciosas e críticas. O trabalho se enriquece, também, do bom uso da estatística, com o que a autora "desvenda" dados importantes, a partir de critérios estabelecidos pelo próprio desenvolvimento do trabalho e ditados pelas necessidades do relato. A visão global que obtém desta forma vem auxiliar na percepção do significado da "fala" dos atores e dar a dimensão mais ampla que a autora procura e que só vai explicar a partir do conceito de modo de produção.

Se, sob estes aspectos, o trabalho satisfaz às expectativas mais exigentes, do ponto de vista da utilização de conceitos e da aplicação da teoria na formulação das explicações, algumas questões podem ser levantadas.

O movimento *Mucker* ocorreu no seio da colônia alemã de São Leopoldo, R.S., entre 1868 e 1874, quando alguns colonos passaram a se reunir ao redor de um casal, também colonos, com fins religiosos. Da análise da autora: o movimento ocorreu por um confronto entre dois modos de produção distintos. Um, mais frágil, que denomina *auto-suficiente,* o outro, que acaba por se impor, *capitalista* (op. cit.: 138, 269 e ss.). Os *Mucker* faziam parte de um segmento da colônia alemã que não conseguiu aceitar as mudanças que este confronto implicou: a substituição do critério do parentesco para o da riqueza na organização das relações sociais e de cooperação; a crescente influência das igrejas oficiais na solidificação de uma ideologia condizente e justificadora destas mudanças; o empobrecimento generalizado dos colonos que permaneceram lavradores (incluídos aqui os que eram também artesãos mas não podiam sobreviver sem a prática das duas atividades econômicas); o crescente aumento do preço da terra e as conseqüentes dificuldades para a expansão territorial que se fazia necessária, o que começava a exigir um fracionamento dos lotes originais e revelava, mais nitidamente, a diferenciação social que crescia no interior da colônia, causada pela acumulação de um capital comercial nas mãos dos intermediários no escoamento dos produtos locais. Os *Mucker* se rebelaram e tentaram um "regresso" ao igualitarismo reinante nos primeiros anos da imigração, primeiro através de reuniões com pregações religiosas, curas com poções (feitas pelo marido) e orações (feitas pela mulher) e cerimônias místicas. Mais tarde, se organizaram de uma forma comunitária e defenderam ferrenhamente os

princípios forjados no decorrer de sua trajetória como grupo. Os hábitos, idéias e valores que assumiram, então, colocou-os numa relação de oposição aos outros colonos. Amado considera que os *Mucker* eram potencialmente ameaçadores para a estabilidade da classe dominante da Província e da camada mais rica dos imigrantes alemães. Por isto teriam sido manipulados por antagonismos políticos dentro desta mesma classe e acabaram sendo atacados e massacrados quando se negaram a ser coniventes com a manipulação.

Pelo raciocínio da autora, a oposição entre *modo de produção auto-suficiente* e *modo de produção capitalista* desembocou, em termos do conflito concreto, numa oposição entre pobres e ricos (op. cit.: 72, 89, 171, 139, 275), sendo os pobres identificados com o primeiro modo de produção. Outras oposições são perceptíveis a partir daí:

modo de prod. capitalista	*modo de prod. auto-suf.*
ricos	pobres
urbano	rural
mundo *x*	mundo *y*
bons (maus)	maus (bons) etc...

Os poucos documentos de autoria de *Mucker* falam exatamente deste tipo de oposições: do menosprezo dos parentes ricos pelos parentes mais modestos. Cabe, portanto, a pergunta: ao dar aos atores a liberdade de falar, não teria Janaína Amado incorporado o discurso deles, não como objeto de análise, mas como análise? Não estaria se atendo às dualidades elaboradas e propostas pela visão de mundo dos próprios atores?

Podemos aceitar, plenamente, a liberalidade com que vários conceitos são utilizados por Janaina Amado. Por exemplo: sagrado e profano (op. cit.: 61 e 271), religião, religião rústica, magia (pp. 103, 271, 280, 290), comunitas e estrutura (287), cultura marginal e cultura (87, 287), carisma (280). Se o trabalho não propõe o compromisso de especificar estes conceitos — e dele isto não se exige — o mesmo não pode ser dito do conceito de modo de produção que orienta toda a análise dos fenômenos históricos e seu próprio relato. O conflito entre *modo de produção capitalista* e *modo de produção auto-suficiente* é colocado como o enfrentamento de dois mundos. Na verdade, esta visão dualista não condiz com várias passagens do livro, especialmente aquelas que se empenham em mostrar que os colonos pobres estavam integrados ao sistema capitalista "formando seu polo mais explorado" (op. cit.: caps. I e II e págs. 138 e 139).

Além desta não correspondência entre dados e teorização, há um outro problema, que, a nosso ver, é central. Ele reside na falta de explicitação que leva a autora a usar, como teoricamente iguais *modo de produção capitalista* e *modo de produção auto-suficiente*. A autora explica que este último se refere à colônia até 1845, quando as relações econômicas com o núcleo colonial e com Porto Alegre eram dificultadas pela precariedade do acesso físico e o alto preço dos transportes. Neste tempo, as "vendas" locais comerciavam na base da permuta e o dinheiro era escasso. A época era marcada, também, por uma autonomia decisória da colônia que se auto-governava e organizava. Desde o princípio, porém, "na medida em que a situação melhorava, fazia-se necessário escoar a produção para mais longe e trocar os produtos por outros, agrícolas ou não, que o colono não produzia (sal, café, vinagre, pólvora, etc.)" (op. cit.: 31). E esta explicação compromete sua argumentação que propõe explicar o conflito através do choque causado pela contraposição de dois modos de produção. Ela não está falando, na realidade, de dois modos de produção, de dois conceitos, duas construções teóricas. Se, por um lado, *modo de produção capitalista* é utilizado como conceito, *modo de produção auto-suficiente* é uma expressão substantiva, a descrição de uma realidade explícita e imediata. A argumentação se prejudica, portanto, pela confusão do estatuto teórico de seus elementos.

Voltamos a indagar: não estaria a autora assumindo a visão de mundo dos colonos? Esta "auto-suficiência" existia ao nível do concreto, das relações econômicas (e políticas), com um sistema mais amplo?

As informações que a autora nos dá, e que Jean Roche[2] já havia indicado, nos levam a pensar que o que é chamado de autodeterminação, auto-suficiência e autonomia, por Janaina Amado é, antes, produto da subordinação da colonia a um sistema mais amplo, ao qual está articulada. O isolamento da colonia é, então, fruto de uma atitude política específica deste sistema que só visava "integrar" o imigrante alemão ao nível do econômico: sua produção era importante para o abastecimento de Porto Alegre. Esta integração econômica não significou uma assimilação da população colonial à vida da província em outras esferas do social. Mas sua participação como agentes produtores era uma intenção que orientou, em parte, o processo da colonização alemã neste lugar e uma realidade que se concretizou logo nos primeiros anos do estabeleci-

---

[2] Roche, J. 1969. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo.

mento dos imigrantes, quando as condições mínimas para isto já estavam presentes: a produção (colheita), os meios de transporte e os intermediários. A verdadeira luta que os alemães profissionais liberais, vindos depois das primeiras levas de agricultores e artesãos, tiveram que empreender para "penetrar" a "vida política e profissional" da Província do Rio Grande mostrou como o discurso das autoridades do início do século XIX, sobre seu interesse na total integração dos imigrantes era demagógico. Tanto assim que a população de São Leopoldo e seu interior, quando passou a participar da política como eleitora, foi eleitora renitente, porque não reconhecia nos candidatos — brasileiros a princípio e por algum tempo — possíveis representantes seus; além do que, os colonos se viam isolados e, pelo menos parte deles, impotentes para quebrar o isolamento.

Os mesmos interesses que mantiveram a colônia como centro produtor de alimentos tentaram manipular politicamente sua população. O surgimento de um movimento como o dos *Mucker* lhes deu uma oportunidade única de conseguir a adesão de grande parte desta população e usufruir dos conflitos que se apresentavam, para os colonos, como "internos" à colônia.[3]

O isolamento da colônia, portanto, não se gera, diretamente, pela forma como organiza sua produção — mas é, ao que parece, uma conseqüência de sua inserção num modo de produção capitalista, entendido aqui, modo de produção, em seu sentido amplo.

Por isto, só seria possível pensar a colônia como um modo de produção se tomássemos o conceito em seu sentido restrito. Esta não é a concepção da autora, e os dados que apresenta mostram a falácia desta possível interpretação. Quando Janaína Amado fala da época em que a colônia está sendo modificada pela sua integração crescente na economia e na política da Província, salienta que os colonos continuam na propriedade dos seus meios de produção, utilizando-se, fundamentalmente, da mão de obra familiar. Portanto, as relações de produção não mudam, significativamente, com a passagem a um "modo de produção diferente".

Resta-nos, neste breve comentário, chamar a atenção para a qualidade excepcional do material descritivo, sua organização e relato, e para a reconstituição cuidada e objetiva — nunca "neutra" — que Janaína Amado empreende do movimento *Mucker*, seus antecedentes e conseqüências.

---

[3] É a visão expressa pelos colonos nos Autos do Inquérito Policial sobre as reuniões que fazem João Jorge Maurer e sua mulher Jacobina Maurer — 1873 e também nas cartas de Jacobina Maurer e Karoline Mentz in Petry, L. 1957. *O episódio do Ferrabraz*. São Leopoldo: Rotermund.